



A LENDA DE ADANA: PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL EM OFICINA DE LÍNGUA PORTUGUESA¹

Monica Filomena Caron²
Hylio Lagana Fernandes²
Dulciana Garrido²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é decorrente de atividade de ensino de português brasileiro como segunda língua, oferecida para indígenas e estrangeiros, desde outubro de 2008, no campus Sorocaba da UFSCAR. A atividade é financiada pela Pró-Reitoria de Extensão e enquadra-se como Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (doravante ACIEPE), contando atualmente com sua quinta edição e tratando-se de uma proposta que busca desenvolver uma experiência educativa, mas também cultural e científica, envolvendo a comunidade acadêmica. Adotando uma perspectiva discursiva da linguagem ([FRANCHI, 1987](#); [COUDRY, 1986](#)), na apresentação do trabalho serão consideradas algumas questões relativas ao ensino de linguagem na universidade, sob a perspectiva da área de estudos sobre educação bilíngue, uma subárea ([CAVALCANTI, 1999](#)) da Linguística Aplicada.

O objetivo principal da atividade é promover o estudo da língua portuguesa brasileira em diferentes modalidades discursivas através de: sistematização da concepção de texto e linguagem; sistematização das habilidades necessárias à leitura e à produção de textos dos mais diversos gêneros e tipos textuais; prática de reflexão sobre a língua tomando como ponto de partida o uso real e significativo da linguagem; colaboração para a compreensão de que utilizar a língua, em suas diversas modalidades, é produzir efeitos de sentido; consideração sobre a importância das condições de produção na produção textual. A intenção, essencialmente, é colaborar para que os alunos indígenas e estrangeiros sejam capazes de usar a linguagem com eficácia sabendo produzir textos coerentes, coesos, adequados aos seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados; colaborar para a compreensão do papel do conhecimento gramatical e da norma culta na leitura e na produção de textos; enfim, possibilitar a expansão da compreensão das possibilidades de uso da linguagem.

A área dos estudos sobre educação em contextos bilíngues de minorias focaliza o bilinguismo nos contextos mais diversos em que se faz presente, tais como: nas comunidades indígenas, nos contextos de imigrantes, de surdos e outros, em suma, nas situações em que se tem mais de duas línguas e/ou variedades linguísticas. Em nossa ACIEPE, o bilinguismo é presente em diversos sentidos e por diferentes vetores, sendo o grupo de sujeitos aprendizes formado por indígenas brasileiros, africanos e latino-americanos (guineenses, colombianos e argentinos); alunos indígenas e guineenses são de diferentes etnias, com línguas maternas distintas, com suas tradições, crenças e particularidades. No trabalho temos buscado abordar o português brasileiro a partir das produções linguísticas desses estudantes universitários, inseridos na instituição através

¹ Premiado em 1º lugar na área Arte e Cultura, modalidade oral. Correspondência: monicacaron@yahoo.com.br

² Departamento de Ciências Humanas e Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP.



de programas de Ações Afirmativas (os primeiros) e de Convênios Internacionais (os segundos).

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Temos buscado elementos para pensar/entender como esses alunos representam a universidade, assim como lhes tem sido oferecida, e como lidam com as diferenças linguístico-culturais e com as normas impostas pela instituição; diferenças que compreendem desde a indumentária às condutas, valores, princípios e filosofias de vida aos padrões que compreendem nosso forte comportamento grafocêntrico, específico de uma sociedade letrada. Assim, a perspectiva teórico-metodológica do trabalho tem sido a do linguista aplicado, conforme definida por [Kleiman \(1998, p. 174\)](#), que ao se separar, recentemente, (...) dos métodos e paradigmas privilegiados na lingüística, passou a construir seus próprios objetos de pesquisa e, conseqüentemente, suas próprias perguntas, seus próprios métodos e reformulações teóricas. Assim, tem ficado evidente, no percurso dessa separação, que para o lingüista aplicado que trabalha com questões da escola, uma questão linguística interessa apenas na medida em que ela contribui para resolver questões sobre o ensino e aprendizagem, e que essa perspectiva é, prioritariamente, uma perspectiva de ação social realizada discursivamente. Não constituem objetos do lingüista aplicado nem os processos cognitivos de um sujeito psicológico nem o texto enquanto objeto formal, mas o sujeito social em processo de constituição de sua identidade e de transformação social, que opera cognitivamente sobre diversos objetos formais da linguagem, entre eles o texto, em contextos de situações que podem, ou não, se constituir em contextos de aprendizagem através da ação conjunta dos participantes.

Popularmente há uma falsa ideia de que os povos indígenas falam a mesma língua. Porém, cada povo tem sua língua-mãe, que pode ser totalmente distinta uma da outra. Isso também vale para os africanos, que tem na constituição do seu idioma o português europeu, misturado com as línguas locais, que resulta numa língua crioulo. Assim, é possível perceber que a experiência que temos desenvolvido é de extrema importância para os sujeitos, pois o português brasileiro, nesse momento, constitui-se na língua franca³ para a comunicação deles no contexto institucional.

No tangente à questão do patrimônio imaterial (ou intangível, como preferem alguns), tem presença relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural. A Constituição Federal de 1988 ([BRASIL, 2003](#)), em seu artigo 216, define como patrimônio cultural brasileiro: os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I) as formas de expressão;
- II) os modos de criar, fazer e viver;
- III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

³ Expressão latina para língua de contato ou língua de relação, resultante da comunicação entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos para o comércio e outras interações.



V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A problemática do patrimônio imaterial é motivada pelo interesse em ampliar a noção de “patrimônio histórico e artístico”, concebida como repertório de bens ao qual se atribui valor cultural, o que os faz merecedores de proteção por parte do poder público.

Defende-se aqui a ideia de patrimônio cultural, tomando de empréstimo a formulação de “formação discursiva” cunhada por Foucault, que permite, conforme cita [Fonseca \(2009, p.64\)](#), “mapear” conteúdos simbólicos, visando a descrever a “formação da nação” e constituir uma “identidade cultural brasileira”. Para a autora, tal como hoje estão estruturadas as políticas de patrimônio, estão longe de cumprir esses objetivos, retratando uma nação que termina por se identificar à cultura dos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social implantada por eles. Acreditamos, portanto, que para proteger o patrimônio cultural de uma sociedade são necessárias ações de “identificação” e “documentação”, bases para a seleção do que deve ser “promovido” e “difundido”, que “(...) viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados” ([FONSECA, 2009, p. 65](#)).

A ampliação da noção de patrimônio cultural pode ser considerada mais um dos efeitos da globalização, permitindo-lhe ser reconhecido como patrimônio mundial e deixando de ser considerado por olhares externos como primitivo ou exótico, contribuindo para a inserção dos países na comunidade internacional, com benefícios políticos e econômicos. Segundo [Hartog \(2006\)](#):

o patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas. Nós já recenseamos todos os tipos de “novos patrimônios” e declinamos “novos usos” do patrimônio. Na França, desde 1983, as Jornadas do Patrimônio atraíram cada vez mais visitantes aos imóveis ditos do Patrimônio: mais de onze milhões em setembro de 2002. Estes resultados, devidamente estabelecidos e proclamados a cada ano pela mídia, são como um recorde a bater no ano seguinte. As Jornadas do Patrimônio têm se disseminado por todo o mundo e fala-se hoje, sobretudo através das iniciativas e das convenções da UNESCO, de universalização do patrimônio, enquanto que, a cada ano, se alonga a lista dos sítios do patrimônio universal da humanidade ([HARTOG, 2006, p. 265](#)).

Dessa perspectiva, o patrimônio encontra-se ligado à memória e ao território, que contribuem para a formação da identidade, que corre o risco de ser esquecida, obliterada. Assim, o patrimônio define o que somos e “se apresenta então como um convite à anamnese coletiva” ([HARTOG, p. 266](#)). O patrimônio é constituído de grandes ou pequenos testemunhos, sendo nossa a responsabilidade de reconhecer-lhes a autenticidade, inclusive em relação às gerações futuras, garantindo-lhes visibilidade. Lembra-nos [Hartog \(2006\)](#):

Enfim, o patrimônio, ao tornar-se um ramo principal da indústria do turismo, é objeto de investimentos econômicos importantes. Sua “valorização” se insere, então, diretamente, nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado de hoje, chocando-se e aproximando-se dela ([HARTOG, 2006, p. 270](#)).



Faz-se necessário reconhecer as implicações políticas e econômicas da preservação do patrimônio. Em direção a esses argumentos pretendemos nos dirigir nos debates e estudos teóricos que deverão compreender parte de nosso processo de desenvolvimento de futuros projetos.

DADOS E ANÁLISE

Percebendo a importância e a riqueza de trazer para a atividade as particularidades da cultura de cada aluno propusemos para a atividade do segundo semestre de 2011 a realização de curtas-metragens, como uma forma de registrar características singulares, concretizar em produtos o trabalho que temos realizado, poder divulgar esses produtos e a capacidade produtiva e criadora dos alunos e, finalmente, como um pretexto para trabalhar com a leitura e escrita em uso significativo, já que cada curta-metragem passou por uma discussão sobre o tema, um processo de criação e montagem, tomada de decisão (da trilha sonora às vestimentas), na construção de roteiros, consulta de material escrito diverso e de indivíduos mais idosos das famílias e tribos.

É apresentado um curta-metragem intitulado A Lenda de Adana <http://youtu.be/HLRT1UwVpKE> e dirigido pela aluna Dulciana Garrido Oliveira, da etnia Tariano de São Gabriel da Cachoeira/AM, referindo-se a uma lenda que envolve duas tribos (Baré e Tupi) e um caso de amor e a formação da ilha de Adana, localizada no Rio Negro. Conta a lenda que duas corredeiras, Buburi e Curucui, representam dois bravos índios guerreiros que disputaram o amor de uma linda índia chamada Adana. Fugindo com Curucui de canoa, Buburi vai atrás do casal, os alcança no meio do rio e, numa alteração, todos morrem afogados e os corpos dos índios se transformam nas corredeiras e o da índia, que se afogou entre os pretendentes, se transforma na ilha que recebeu seu nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem sido um grande desafio e aprendizado trabalhar com esse grupo de alunos, seja pelo que ensinam sobre seus países, no caso dos africanos, seja pelo que contam da realidade que vivem em nosso país, no caso dos indígenas. Nesse grupo especificamente, temos reconhecido que têm muito que ensinar sobre o conceito de sustentabilidade aos nossos alunos, professores e funcionários, tema tão caro ao nosso campus e à sociedade na atualidade, tanto porque têm como certo o respeito à natureza (inclusive a humana) e aos seus limites, como pelo fato de que são movidos, assim declaram, pelos interesses da comunidade a que pertencem, enfrentando como guerreiros as dificuldades da universidade, as dificuldades de morar na cidade grande, de se verem como exóticos seres, por seus biotipos e costumes, como uso de brincos e pinturas no corpo, que diferem das práticas do “homem branco”. Contribuem para tornar o trabalho complexo o fato de termos na sala um grupo bastante heterogêneo, não apenas no “grau” de domínio e contato com a língua portuguesa brasileira, como também na língua materna que possuem.

Esforços como o do programa de Ações Afirmativas e os de Convênios Internacionais aumentam as possibilidades de acesso à escola, à escrita e a uma formação consistente para diferentes e diversos grupos. Ainda assim, parece-nos que



muitos desses grupos permanecem excluídos das práticas de leitura e escrita, são isolados nos contextos educacionais, e muitas vezes rotulados como menores, formando um grupo marginal e desprestigiado, entre tantos outros historicamente estigmatizados pelas diferenças. Nessa condição, corroborando o dizer de [Kleiman \(1998\)](#), muitas vezes as interações de professores e alunos resultam na resistência e no conflito: à assimetria que é constitutiva do discurso escolar acrescenta-se outra que advém da própria condição do aluno: o estigma que acarreta ser indígena ou africano (ou seja, oriundo de grupos historicamente desfavorecidos), a diminuição que o sujeito sofre e vive uma vez que seu saber e suas práticas não encontram espaço na instituição de ensino em que se inserem.

Consideramos que o trabalho permite acompanhar a mobilidade de parte de grupos sociais que participam da implantação do campus Sorocaba da UFSCAR. Permite investigar como os grupos significam suas passagens pelo campus e como, e se, tal passagem é representada pelos sujeitos. Perguntamo-nos quais são as influências na vida dos sujeitos do fato de participarem da construção da universidade? Perguntamo-nos como os sujeitos escutam as falas das salas de aulas, entre os alunos e entre os professores e funcionários? Como essas escutas repercutem no *ethos* dos sujeitos, como se inscrevem na elaboração de suas identidades e nas informações econômico, sociais e culturais a que eles estarão submetidos durante o período de frequência à universidade. Acreditamos que o acompanhamento desse processo permite identificar a dinâmica da desigualdade social vigente no contexto. Como resultado desse trabalho impõe-se uma discussão das variáveis implicadas na mobilidade social no Brasil e entre os povos, no processo de criação e transmissão das desigualdades ao longo do ciclo de vida dos cidadãos e da combinação desses elementos é possível identificar os pontos nevrálgicos dos processos de estruturação das desigualdades.

REFERÊNCIAS

[BRASIL](#). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

[CAVALCANTI, M.](#) Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. spe., p. 385-417, 1999,

[COUDRY, M. I. H.](#) **Diário de Narciso**: Discurso e afasia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 210p

[FRANCHI, C.](#) Linguagem: atividade constitutiva. **Revista Almanaque**, São Paulo: Editora Brasiliense, v. 5, 1977.

[FONSECA, M. C. L.](#) Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 56-76.

[HARTOG, F.](#) Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez 2006.



[KLEIMAN, A.](#) Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. **Alfabetização e letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.